



**Agroecologia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: interpretações de um processo social emergente.**  
*Agroecology in the North Coast of Rio Grande do Sul: interpretations of an emerging social process*

MARTINS, Gustavo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, gustavo.martins@ufrgs.br

**Eixo temático: Economias dos sistemas agroalimentares de base agroecológica**

**Resumo:** O surgimento e adensamento de iniciativas orientadas pela ideia de agroecologia e da produção orgânica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul apresenta-se como uma dinâmica social emergente. Neste trabalho, a análise desta dinâmica centra-se na forma como a Agroecologia torna-se um caminho de permanência de famílias agricultoras, frente a um contínuo processo de desestruturação econômica e social de comunidades rurais da região que remonta a década de 1980. Buscou-se aqui analisar essa questão a partir dos conceitos de resistência cotidiana e de enquadramentos interpretativos. Conclui-se que, o conjunto de estratégias individuais de resistência cotidiana adotadas pelas famílias agricultoras possibilitou sua permanência na agricultura. Não obstante, a construção de estratégias coletivas orientadas pelos princípios da agroecologia conduziu a processos organizativos e econômicas, pelos quais as famílias ligadas à agroecologia ampliaram os recursos e meios para permanência na agricultura.

**Palavras-chave:** Agroecologia; formas cotidianas de resistências; enquadramentos interpretativos.

**Keywords:** Agroecology; everyday forms of resistance; interpretive framework.

## **Introdução**

O surgimento e adensamento de experiências orientadas pelo fomento da agroecologia e da produção orgânica é um fenômeno observado em diferentes regiões do Brasil. A capacidade de articulação a partir de estruturas de organização próprias e a construção de estratégias em nível local são características destas experiências (ANA, 2017). No Rio Grande do Sul (RS) este fenômeno também é observado, sendo possível identificar a ocorrência de um crescimento expressivo de iniciativas em diferentes regiões do Estado. Um destes casos é o das áreas de encosta do Litoral Norte. Nesta região específica, caracterizada pela presença da pequena propriedade rural baseada na força de trabalho familiar, identifica-se o surgimento sistemas de produção que passam a ser geridos a partir de princípios da agroecologia e da produção orgânica. Esse processo se inicia no final dos anos 1980 e tem a intensa ampliação no número de iniciativas ao longo dos últimos anos.

No caso do Litoral Norte do RS estas iniciativas são expressões em uma rota de existência que deriva da crise social e econômica vivida que chega ao seu auge no início da década de 1990, como efeito da modernização da agricultura brasileira e



agravada pelas restrições ambientais aplicadas ao contexto da região. As iniciativas de famílias agricultoras vinculadas à agroecologia e produção orgânica emergem e se adensam como trajetórias singulares que, em seu conjunto, apontam para o surgimento de dinâmicas rurais específicas de resistência à exclusão social.

Este trabalho propõe uma reflexão no sentido de compreender a permanência de famílias agricultoras, mesmo em processos de exclusão social, e o engajamento social em torno da ideia da Agroecologia. Como caminho de pesquisa, proponho compreender como as famílias constroem respostas a partir de situações concretas, mobilizando recursos próprios e constroem relações com o seu entorno mais imediato. Assim, busca-se compreender o que influencia e como são influenciadas as trajetórias familiares a partir de elementos técnicos, políticos, sociais, normativos e econômicos.

## **Metodologia**

O trabalho se utiliza de dados empíricos de estudos realizados pelo autor na região de Encosta Atlântica do Litoral Norte do RS (MARTINS, 2013; MARTINS 2015). Ambos os estudos buscaram captar mudanças longitudinais no sistema agrário da região, bem como realizaram estudos de caso junto a unidades de familiares de produção específicas daquela região. Os casos estudados foram analisados a partir trajetória das unidades de produção familiares e de sua caracterização socioeconômica e ambiental na atualidade. Em Martins (2013) foram realizados quatro estudos em unidades de produção familiares consideradas “tradicional-coloniais”, ao passo que em Martins (2015) foram estudadas três unidades de produção familiares que ingressaram em uma trajetória vinculada a agroecologia e a produção orgânica.

A análise dos dados foi orientada pela questão: como famílias agricultoras permaneceram na agricultura, mesmo em processos de exclusão social, e como ocorreu o engajamento social em torno da ideia da Agroecologia? Para responder a essa questão buscou-se analisar de forma comparativa os diferentes casos estudados nos trabalhos supracitados em relação à dinâmica de mudanças do contexto agrário do qual fazem parte. Esta análise foi orientada pela utilização dos conceitos de formas cotidianas de resistência de James C. Scott e de enquadramentos interpretativos de Erving Goffman.

## **Resultados e Discussão**

Desde os projetos de colonizações, que instalaram a pequena propriedade familiar na Região do Litoral Norte do RS, até as últimas décadas – quando houve o reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social dotada de direitos – um conjunto de restrições incidiram sobre as atividades agrícolas. Dentre elas podemos destacar todas aquelas leis que passaram a regular atividades típicas das áreas de pequena produção familiar, tais como a elaboração de produtos



processados de origem animal e vegetal, comercialização de grãos a granel, comercialização de animais. Associado a estas restrições de ordem sanitária e fiscal, mais recentemente a legislação ambiental restringiu radicalmente o manejo da vegetação nativa e proibiu o uso da fauna silvestre e do fogo – única tecnologia disponível e socialmente dominada para o preparo de roças em áreas acidentadas e pedregosas.

As formas de resistências cotidianas exercidas pelas famílias agricultoras talvez tenham sido os mecanismos mais comuns de permanência na agricultura frente aos efeitos cumulativos de tais medidas, que gradualmente levaram à desarticulação econômica e da vida social de muitas comunidades rurais da região. Em face disso não são identificadas ações coletivas de contestação por parte de agricultorxs confrontando o conjunto de ações restritivas e coercitivas do Estado. As instituições de representações de classe, tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais locais, também não foram capazes de produzir iniciativas com capacidade de fazer algum enfrentamento que contribuísse para reverter processo de empobrecimento e controle social vivido por famílias agricultoras da região.

Scott (2002, p. 11) propõe como formas cotidianas de resistência a “[...] luta prosaica, mas constante, entre camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros.”.

É difícil de estimar todas as formas de resistência exercidas pelas famílias agricultoras que, de uma maneira geral, são silenciosas. A desobediência civil individual frente às normas e repressão do Estado (órgãos fiscais, sanitários e ambientais) talvez tenha sido a técnica mais recorrente destas formas de resistência, refletindo as limitadas opções de ação política disponíveis.

Nesse sentido, poderíamos agregar à proposição do autor o conjunto de reações que derivaram do processo histórico de produção de subalternidade provocada por meio da criação de restrições às formas familiares de produção na agricultura. Ou seja, o conjunto de práticas corriqueiras e que se tornaram ilegais a partir de dado momento da história, mas que seguiram sendo realizadas como forma de garantir a permanência na agricultura. Dentre esse conjunto de práticas podemos destacar a derrubada da vegetação nativa, o uso do fogo para preparar as áreas agrícolas, o extrativismo do palmito, o processamento de produtos de origem vegetal (açúcar mascavo, melado, cachaça, vinho, chimias, compotas, farinha de milho, grãos a granel,...) e também animal (carne, embutidos, queijo, ovos, mel,...).

Diferente de assumir uma condição de sacrifício individual para alcançar um ganho a frente, as formas de resistências cotidianas aqui apresentadas são, em suma, o confronto com as regras. Elas são informais (ou clandestinas), individuais (e eventualmente coletivas), públicas ou anônimas, mas geralmente silenciosas. Não estabeleceram um enfrentamento com o Estado.



O conjunto de micro-resistências, à semelhança do que propõem Scott (2002), mitigam impactos provocados pelo Estado através da modernização da agricultura brasileira - que colocou em condição marginal um contingente de famílias agricultoras na medida em que estas perderam sua funcionalidade dentro do sistema econômico, posto em marcha pela industrialização da agricultura brasileira. No limite, poderíamos considerar este conjunto de práticas acima descrito e a produção agrícola destinada para autoconsumo como uma expressão na luta por autonomia frente o avanço do capitalismo no campo marcado pelo aprofundamento das relações cada vez mais mercantilizadas.

Esta luta é travada no sentido da permanência na agricultura ou, como coloca Scott, “[...] estão associadas às necessidades de sobrevivência material básica da unidade familiar camponesa.” (SCOTT, 2002, p.22). O autor reafirma a necessidade de reconhecer a importância do auto-interesse associado às práticas de resistência como elementos chave para explicar a força da resistência camponesa.

O conjunto de micro-atividades individuais, “não organizadas”, auto-interessadas que caracterizariam a resistência camponesa seriam, assim, uma explicação para a permanência na agricultura de formas familiares de produção em uma trajetória de resistência ao processo de exclusão social. Contudo elas não explicam muito sobre a ação coletiva em torno da Agroecologia enquanto processo social emergente.

A Agroecologia surge no Litoral Norte do RS fins da década de 1980, quando a agricultura familiar da região passava por uma profunda crise marcada pelo empobrecimento da população e êxodo rural. Na ocasião, a pastoral da juventude desenvolveu trabalho de base com jovens da região no sentido de buscar alternativas de permanência na agricultura. Compreendia-se que o modelo agrícola vigente era responsável pela condição das famílias agricultoras e, por isso, era necessário superar esta crise por um modelo alternativo de produção. O reconhecimento das experiências de agricultura ecológica desenvolvidas pelo Centro Ecológico de Ipê na Serra Gaúcha motivou a realização de um primeiro curso sobre o tema na região. Como desdobramentos deste curso se iniciou um trabalho de assessoria técnica para realização de agricultura ecológica aos grupos de jovens. Em paralelo a este processo local ocorria a articulação entre diferentes organizações sociais do sul do Brasil identificadas com a ideia da Agricultura Alternativa e que culminou na criação da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 1998. As iniciativas de Agroecologia presentes no Litoral Norte do Rio Grande do Sul integram-se a esta rede mais ampla por meio da constituição do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia compostos pelos primeiros grupos de agricultorxs ecológicas (CASTRO & MELLO, 2013).

O ensaio bibliográfico realizado por Silva et al. (2017) rerepresentam as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Erving Goffman, em específico de seu conceito de enquadramento interpretativo e o de alinhamento de molduras interpretativas de David A. Snow e Robert D. Benford. O conceito de enquadramento ou moldura interpretativa é o que, para o autor, daria sentido aos acontecimentos



vividos e que passa a orientar a ação social com base na interpretação sobre eles. Já o conceito de alinhamento de molduras interpretativas explicaria a manutenção de militantes nos movimentos sociais pela convergência de molduras interpretativas. Estes dois conceitos podem contribuir para explicar as bases da agroecologia enquanto um processo social emergente no Litoral Norte do RS.

Faltam elementos mais precisos para caracterizar a dinâmica de funcionamento destes grupos e o conteúdo dos encontros. Contudo, pode-se estimar que a marca deste período foi muito mais um trabalho de mobilização social e política face à ausência de referências técnicas adequadas frente a um contexto de restrições ambientais e de famílias empobrecidas. Além disso, a carência de dispositivos coletivos de ordem econômica capazes de superar o quadro de desarticulação social e comunitária das áreas rurais. Estes elementos estão presentes hoje na forma de produções sob manejo agroecológico, cooperativas, feiras, sendo eles constituídos pelos jovens agricultores que no passado engajaram-se nesse processo. Na ausência de tais elementos de mobilização à época, supomos então que a construção dos sentidos para a agricultura e à condição de ser agricultor/a foram elementos chave mobilizados para promover um processo de coesão social. Esta suposição pode fazer sentido se considerarmos o engajamento de jovens em um ambiente de pressão socioeconômica profunda que reduziam drasticamente as possibilidades de permanência no rural. Se porventura, os elementos empíricos corroborarem neste sentido, poderíamos afirmar que estes grupos de jovens agricultorxs ressignificaram a interpretação sobre sua condição de vida na agricultura e as formas de organização social. Essa nova interpretação estaria orientada pela ideia da Agroecologia em contraponto a um modelo de agricultura excludente, como resposta ao perceberem sobre a sua realidade vivida.

Silva *et al.* (2017) também regatam de Benford & Snow (2000) três dimensões dos enquadramentos interpretativos que, de forma complementar, auxiliam a preenchê-los no conteúdo que produz o engajamento. O “enquadramento diagnóstico” (que definiria o problema social), o “enquadramento prognóstico” (que definiria a solução) e o “enquadramento motivacional” (que sustentaria o engajamento).

A forma construída de ver o mundo/realidade vivida a partir dos elementos constitutivos da ideia de Agroecologia passa, então, a ser tomada como referência para a contestação política sobre o modelo de agricultura convencional e para a ação coletiva em direção a novas práticas de produção de alimentos e de relação social. Em relação à terceira dimensão, não identifiquei elementos motivacionais no campo simbólico, o que talvez exija uma análise mais minuciosa.

Por fim, é possível também aferir que a moldura interpretativa que caracterizaria as iniciativas em Agroecologia localizadas na Região do Litoral Norte do RS apresentou convergência com uma rede mais ampla, o que levou a fazer parte dela sob a forma orgânica de um Núcleo.

## **Conclusões**

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



A história das comunidades rurais e, em específico, na trajetória de famílias agricultoras as diferentes formas de resistências cotidianas foram (e são) são recursos de sustentação de suas vidas. Por outro lado, os mesmos resultados em termos da constituição de processos sociorganizativos e econômicos dificilmente em torno da Agroecologia e da Produção Orgânica na região seriam os mesmos. Tais processos foram possíveis por meio da ação coletiva levada a cabo pela construção de entendimentos compartilhados capazes de construir consensos mínimos necessários para ampliar as capacidades de ação individual.

A reflexão desenvolvida aqui com o apoio dos referenciais teóricos assumidos coloca em evidência a importância da dimensão política na análise da Agroecologia enquanto processo social emergente. Dimensão política essa que se materializa em uma diversidade de processos sociorganizativos e econômicos. Ainda que algumas bases para esta análise tenham sido postas neste trabalho, fica evidente que a literatura sobre o tema oferece um quadro teórico e conceitual que pode seguir sendo explorado.

### **Referências bibliográficas**

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. **Olhares agroecológicos**: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: ANA, 2017.

CASTRO, D.; MELLO, R. S. P. **Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Via Sapiens. 2013.

MARTINS, G. Território Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: Articulação Nacional de Agroecologia. **Olhares agroecológicos**: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: ANA, 2017. P. 16-39.

MARTINS, G. **Relatório Técnico de estudo sobre transformações territoriais na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e avaliação ecológica-econômica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2015. Manuscrito

MARTINS, G. **Agricultura Familiar e seus sistemas de produção na encosta atlântica da bacia Hidrográfica do Rio Maquiné-RS/BRASIL**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

SCOTT, J. C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, vol.21, nº 01, p.10-31, 2002.

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**

Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



SILVA, Marcelo K.; COTANDA, FERNANDO C.; PEREIRA, MATHEUS M. Interpretação e Ação Coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. **Revista Sociologia & Política**, v.25, n.61, p.143-164, mar. 2017.